



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2018.0000923668

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1004373-64.2014.8.26.0132, da Comarca de Catanduva, em que é apelante ALESSANDRO MENDES DE CARVALHO (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados LUANA MARCELA MULLER CANDIDO (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA), LUCIANA PERPETUA MULLER CANDIDO (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) e MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores DIMAS RUBENS FONSECA (Presidente) e CESAR LUIZ DE ALMEIDA.

São Paulo, 27 de novembro de 2018.

Berenice Marcondes Cesar

Relator

Assinatura Eletrônica

Apelação Cível - nº 1004373-64.2014.8.26.0132

Apelante/Autor : ALESSANDRO MENDES DE CARVALHO
Apelados/Corréus: LUANA MARCELA MULLER CANDIDO,
LUCIANA PERPETUA MULLER
CANDIDO e MAPFRE VERA CRUZ
SEGURADORA S/A

MMª. Juíza de Direito: Maria Clara Schmidt de Freitas

Comarca de Catanduva - 2ª Vara Cível

Voto nº 27924

AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE. Revelia. Inocorrência. Contestação da corré MAPFRE apresentada por subscritor com substabelecimento válido. Cerceamento de Defesa. Inocorrência. Autor, intimado a especificar provas, manifestou-se no sentido de não haver mais provas à produzir. Responsabilidade civil extracontratual da Rés – Inexistência – Ausência de provas aptas a demonstrar a culpa da corré no acidente de trânsito. R. sentença mantida. RECURSO DO AUTOR NÃO PROVIDO.

Trata-se de ação de indenização decorrente de acidente de trânsito ajuizada por ALESSANDRO MENDES DE CARVALHO contra LUANA MARCELA MULLER CANDIDO, LUCIANA PERPETUA MULLER CANDIDO e MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, julgada improcedente pela r. sentença (e-fls. 312/316), entendendo não haver responsabilidade da corré LUANA, em razão da ausência culpa da pelo acidente de veículo. Em razão da sucumbência, condenou o Autor a arcar com as custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios devidos ao patrono de cada parte contrária, fixados no montante de R\$ 1.500,00 para cada patrono, de acordo com o art. 85, § 8º do CPC/2015, observada a gratuidade processual.

Inconformado, o Autor interpôs o presente recurso de apelação (e-fls. 322/329), desafiando as contrarrazões apresentadas pela corré MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (e-fls. 332/348).

O recurso foi recebido em ambos os efeitos

(e-fls. 351).

É o relatório.

Trata-se de recurso de apelação interposto contra r. sentença que julgou improcedente ação de reparação de danos em virtude de acidente de trânsito.

Na hipótese dos autos, extrai-se que o Autor se envolveu em acidente com o veículo da corré LUCIANA PERPETUA MULLER CANDIDO, conduzido por sua filha LUANA MARCELA MULLER CANDIDO, dispondo ter sofrido danos de cunho material e moral. Sustentou que no dia 08/10/2011, por volta das 00h45m, conduzia motocicleta, pela Rua Pernambuco, no sentido centro-bairro (Vila Paulista), quando, no cruzamento com a avenida Benedito Zancaner, veio a colidir com o veículo conduzido pela corré LUANA MARCELA MULLER CANDIDO, que estava trafegando na contramão da avenida Benedito Zancaner, vindo a causar danos na motocicleta, os quais foram indenizados pela seguradora, e corré MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, contratada pela corré LUCIANA PERPETUA MULLER CANDIDO. Aduz ainda que, requereu à seguradora indenização referente aos lucros cessantes e danos morais, todavia houve recusa da corré a efetuar essas indenizações sob a alegação de que a documentação era insuficiente para atender a indenização pleiteada. No mais, requereu a concessão dos benefícios da gratuidade e o acolhimento de todos os seus pedidos, bem como a procedência da demanda (e-fls. 01/16).

A corré MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A apresentou contestação (e-fls. 156/169), expondo a inexistência de conduta culposa da corré LUANA, pelo fato dela não agir com imprudência na ocorrência do acidente automobilístico. Ressaltou que a indenização referente aos danos materiais para reparos da motocicleta foi depositada por mera liberalidade, não implicando no reconhecimento da culpa. Requereu que a demanda seja julgada totalmente improcedente, condenando o Autor ao pagamento das despesas processuais, honorários advocatícios e outras despesas de praxe.

As corrés LUANA e LUCIANA contestaram os pedidos (e-fls. 229/233), alegando não possuírem responsabilidade pelos

danos materiais e morais sofridos pelo Autor, uma vez que a corré Luciana era beneficiária do contrato de prestação de serviços securitários, com a corré MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A. Logo, pugnou que a seguradora traga aos autos o contrato de seguro e apólice que foram negados à segurada.

Houve a realização de perícia médica com o fim de identificar os danos físicos apresentados pelo Autor (e-fls. 143/149).

Após instrução probatória, o MM. Juízo “a quo” entendeu por bem julgar improcedente a presente demanda (e-fls. 312/316).

Com o apelo do Autor, devolveu-se a este E. Tribunal de Justiça as seguintes questões: *I – Alegação de revelia da corré MAPFRE; II – Pretensão cerceamento de defesa e III - Sobre quem recai a culpa pelo acidente.*

Quanto à pretensão do Autor a respeito de eventual revelia do corréu MAFRE, em razão de ausência de representação processual, tem-se que o substabelecimento juntado (e-fls. 174) excetua a regra da validade pelo período de 12 meses contados da data da assinatura, salientando que “...tendo o presente substabelecimento validade pelo período de 12 (doze) meses contados da data da assinatura, **exceto para os casos nos quais for juntado em processo administrativo, judicial ou extrajudicial quando então vigorá até o termino do mesmo, ou revogação expressa deste instrumento.**” (grifo nosso)

Ocorre que o processo encontra-se em fase recursal e não há notícia de revogação expressa desse substabelecimento, devendo, portanto, ser afastada a alegação de revelia da corré MAFRE, permanecendo a contestação nos autos.

Em relação à alegação de cerceamento de defesa, melhor sorte não assiste ao Autor, na medida em que, quando instado a se manifestar quanto à especificação das provas que pretendia produzir, peticionou nos autos que nada mais haveria de se produzir, declinando, inclusive da audiência preliminar (e-fls. 252).

Desse modo, mostra-se completamente

infundado o pleito de dilação probatória para demonstração da sua pretensão, quando o próprio Autor dispensou expressamente a produção de qualquer outra prova durante a fase de conhecimento, sendo desarrazoada sua insurgência quanto à questão neste momento processual, que raia a litigância de má-fé.

Pois bem. Enfrentadas as preliminares, segue a apreciação do mérito recursal, e nesse ponto, é certo que compete ao Autor da ação a prova do fato constitutivo de seu direito (CPC, art. 373, I).

Apreciando o conjunto fático-probatório dos autos, percebe-se que em relação ao acidente de trânsito há apenas dois boletins de ocorrência que destacam o ocorrido, o BO da Polícia Militar (e-fls. 70/73) e o BO da Polícia Civil (e-fls. 74/76).

Importante frisar que tais boletins de ocorrência, tanto o elaborado pela Polícia Militar, quanto o elaborado pela Polícia Civil, geram apenas presunção quanto à efetiva ocorrência das declarações neles informadas, mas não à veracidade delas.

E o que se extrai das declarações no BOPM (e-fls. 70/73) é que, o autor alegou que transitava pela Rua Pernanbuco, sentido centro-bairro, e no cruzamento com a Av. Benedito Zancaner, veio a colidir com o veículo conduzido pela corré LUANA, que transitava pela referida avenida pela contra-mão.

A corré LUANA, por sua vez, narrou que conduzia o veículo pela Av. Benedito Zancaner, no sentido do Jardim Mantani, e no cruzamento com a Rua Pernanbuco, avistou o veículo conduzido pelo Autor, o qual avançou a sinalização de pare existente no local, momento em que freou de maneira brusca, vindo a cair ao solo.

Nestes termos, como é sabido, deve o feito ser analisado e julgado à luz da teoria da responsabilidade civil subjetiva, sendo assim para que haja o dever de indenizar é necessário o preenchimento dos pressupostos da responsabilidade civil, “in casu”, a conduta culposa do agente, o dano experimentado pela vítima e o nexo causal entre um e outro.

Não obstante o dano material experimentado pelo Autor, comprovado pelos gastos com o conserto da

motocicleta (e-fls. 104/108), na hipótese dos autos, contudo, não há como saber quem efetivamente agiu de maneira culposa, se o autor ao não conseguir frear e consequentemente cair ao solo, ou a Ré, ao realizar conversão adentrando na via supostamente na contra-mão de direção.

Isto porque, consignou-se no boletim de ocorrência policial (e-fls. 74/76), que o fato de a corré LUANA não ter sido autuada por infração de trânsito, por estar eventualmente na contra-mão, se deu porquanto não havia sinalização indicativa do sentido de direção.

Nesse ponto, repise-se que a prova do fato constitutivo do seu direito é encargo do Autor da ação.

Em vista disso, sobre o ônus da prova, importa destacar o entendimento do ilustre Humberto Theodoro Júnior (Curso de Direito Processual Civil. Volume I. 47ª edição. Editora Forense. Rio de Janeiro. 2007. p. 478.):

“Esse ônus consiste na conduta processual exigida da parte para que a verdade dos fatos por ela arrolados seja admitida pelo juiz.

Não há um dever de provar, nem a parte contrária assiste o direito de exigir a prova do adversário. Há um simples ônus, de modo que o litigante assume o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados dos quais depende a existência do direito subjetivo que pretende resguardar através da tutela jurisdicional. Isto porque, segundo máxima antiga, fato alegado e não provado é o mesmo que fato inexistente.” (destacado)

Nessa perspectiva, a jurisprudência deste
E. Tribunal de Justiça:

"REPARAÇÃO DE DANOS – ACIDENTE DE TRÂNSITO – Responsabilidade civil subjetiva – Culpa exclusiva do réu não demonstrada – **Autora que não produziu provas capazes de sustentar a tese alegada** – **Não demonstrada de forma inequívoca a culpa do condutor do veículo automotor em qualquer das suas modalidades para a ocorrência do evento danoso** – Insuficiência de provas da conduta culposa do réu a ensejar condenação indenizatória – Aplicabilidade do art.

373, inciso I, do Código de Processo Civil – Sentença mantida – Recurso desprovido". (TJSP; Apelação 1008646-37.2014.8.26.0019; Relator (a): Claudio Hamilton; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Foro de Americana - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 10/10/2018; Data de Registro: 10/10/2018)

"RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COLISÃO ENTRE MOTOCICLETA E AUTOMÓVEL, CAUSANDO A MORTE DO GENITOR DO AUTOR. AUSENTE COMPROVAÇÃO DE CULPA DO CONDUTOR DO VEÍCULO PELO ACIDENTE, INVIABILIZANDO DECRETO DE PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. Recurso de apelação improvido, com determinação". (TJSP; Apelação 4006523-49.2013.8.26.0019; Relator (a): Cristina Zucchi; Órgão Julgador: 34ª Câmara de Direito Privado; Foro de Americana - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 04/10/2018; Data de Registro: 09/10/2018)

'RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAL, MORAL E ESTÉTICO. Colisão de caminhão e motocicleta. Versões conflitantes sobre a dinâmica do acidente. Ausência de provas hábeis a demonstrar a culpa do motorista do caminhão pelo fato havido. Ônus probatório não superado pelo autor. Inteligência do art. 373, I, do CPC/2015. Recurso desprovido". (TJSP; Apelação 1000389-04.2017.8.26.0444; Relator (a): Dimas Rubens Fonseca; Órgão Julgador: 28ª Câmara de Direito Privado; Foro de Pilar do Sul - Vara Única; Data do Julgamento: 28/09/2018; Data de Registro: 28/09/2018).

Sendo assim, ausentes outros elementos documentais que pudessem amparar a versão do Autor, a fim de atestar a culpa exclusiva da corré LUANA pelo acidente, ônus que lhe competia, e diante da argumentação supra, torna-se claro que a r. sentença “a quo” não comporta qualquer reparo, eis que deu correto desate à lide.

Ante o exposto, **CONHEÇO** e **NEGO PROVIMENTO** ao recurso de apelação interposto pelo Autor, mantendo a r. sentença hostilizada tal como lançada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Berenice Marcondes Cesar
Relatora